

*Milton Friedman, The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits, In. The New York Times, 13 de setembro de 1970, trad. Livre*

*A responsabilidade social da empresa é aumentar seus lucros*

Quando eu escuto um empresário falar eloquentemente sobre a “responsabilidade social da empresa no sistema de livre-concorrência”, lembro de uma frase maravilhosa sobre um francês que descobriu aos 70 anos que falava em prosa toda a vida. Os empresários acreditam que estão defendendo a livre-iniciativa quando proclamam que a empresa não está preocupada “apenas” com o lucro, mas também em promover fins “sociais” desejáveis; que a empresa tem uma “consciência social” e leva a sério sua responsabilidade em promover emprego, eliminar a discriminação, evitar poluição e qualquer outra frase pronta da leva contemporânea de reformistas. Na verdade, eles estão – ou estariam se eles mesmos ou qualquer outra pessoa os levassem a sério – pregando o puro e autêntico socialismo. Empresários que falam assim são, sem perceber, marionetes das forças intelectuais que vem subvertendo o fundamento de uma sociedade livre.

As discussões sobre a “responsabilidade social da empresa” são notáveis pela sua imprecisão analítica e falta de rigor. O que significa dizer que “a empresa” tem responsabilidades? Apenas que pessoas podem ser responsáveis. Uma sociedade é uma pessoa artificial e, nesse sentido, pode ter responsabilidades artificiais, mas não se pode dizer que “a empresa” como um todo tem responsabilidades, mesmo no sentido mais vago. O primeiro passo em direção à clareza no exame da doutrina da responsabilidade social da empresa é perguntar precisamente o que ela acarreta para quem.

Provavelmente, os indivíduos que seriam responsáveis seriam empresários, o que significa acionistas ou executivos. A maior parte da discussão sobre responsabilidade social é dirigida às sociedades; assim, daqui em diante, eu devo em geral deixar de tratar do acionista individual e falar sobre os executivos.

Em um sistema de livre-iniciativa e de propriedade privada, um executivo é um empregado dos donos da empresa. Ele possui uma responsabilidade direta com seus empregadores. Essa responsabilidade é a de conduzir a empresa de acordo com

os seus objetivos, que geralmente serão o de lucrar o máximo possível, conquanto em conformidade com as regras básicas da sociedade, tanto aquelas insculpidas na lei quanto aquelas decorrentes da ética. É óbvio que, em alguns casos, seus empregadores podem ter um objetivo diferente. Um grupo de pessoas pode criar uma sociedade para fins beneficentes – por exemplo, um hospital ou uma escola. O administrador dessa sociedade não terá o lucro como objetivo, mas sim a prestação de certos serviços.

De toda forma, o ponto central é que, na sua capacidade como executivo da empresa, o administrador é o representante dos indivíduos que são donos da sociedade ou estabelecem uma instituição de caridade, e sua principal responsabilidade é para com eles.

Desnecessário dizer que isso não significa que é fácil julgar quão bem ele está cumprindo sua tarefa. Mas ao menos o critério “*performance*” é claro, e as pessoas entre as quais o vínculo contratual voluntário existe são claramente definidas.

É óbvio que um executivo é, também, ele próprio uma pessoa. Como uma pessoa, ele pode ter outras responsabilidades que reconhece ou assume voluntariamente – com sua família, sua consciência, seu sentimento de caridade, seus clubes, sua cidade, seu país. Ele pode se sentir compelido por essas responsabilidades a dedicar parte de sua renda a causas que ele considera merecedoras, a recusar-se a trabalhar para certas companhias, até deixar seu emprego para, por exemplo, ingressar no exército de seu país. Se quisermos, podemos dizer que algumas dessas responsabilidades são “responsabilidades sociais”. Mas nessas ele age como protagonista, não como representante; ele está gastando o seu próprio dinheiro, tempo ou energia, não o dinheiro de seus empregadores ou o tempo ou energia que ele foi obrigado a destinar a seus fins. Se essas são “responsabilidades sociais”, elas são as responsabilidades sociais dos indivíduos, não das empresas.

O que significa dizer que um executivo possui uma “responsabilidade social” na qualidade de empresário? Se essa afirmação não é pura retórica, significa que ele deve agir de algum modo que não seja no interesse de seus empregadores. Por exemplo, que ele deve se abster de aumentar o preço do produto para contribuir com o objetivo social de prevenir inflação, ainda que o aumento de preço seja no melhor

interesse da companhia. Ou que ele deve incorrer em gastos para reduzir poluição para além do que exige a lei, a fim de contribuir com o objetivo social de aprimorar o meio ambiente. Ou que, à conta dos lucros da companhia, ele deve contratar desalentados em vez de trabalhadores disponíveis e mais bem qualificados para contribuir com o objetivo social de reduzir a pobreza.

Em cada um desses casos, o executivo de empresa estaria gastando o dinheiro de terceiros em favor de um interesse social geral. Na medida em que suas ações conforme sua “responsabilidade social” reduz os dividendos dos acionistas, ele está gastando o dinheiro deles. Na medida em que suas ações aumentam o preço para o consumidor, ele está gastando o dinheiro dos consumidores. Na medida em que suas ações reduzem os salários dos empregados, ele está gastando o dinheiro deles.

Os acionistas, consumidores ou empregados poderiam individualmente gastar o seu dinheiro na iniciativa específica se eles assim quisessem. O executivo está exercendo uma “responsabilidade social” distinta, em vez de servir como um representante dos acionistas, dos consumidores ou dos empregados, se ele gasta o dinheiro de forma diferente da forma como eles gastariam.

Mas, se ele faz isso, ele está na prática impondo impostos, de um lado, e decidindo como os impostos devem ser gastos, do outro.

Esse processo colocar questões políticas em dois níveis: princípio e consequências. No nível do princípio político, a imposição de impostos e o gasto da arrecadação de receitas fiscais são funções do governo. Criamos regras constitucionais, legislativas e judiciais elaboradas para controlar essas funções, para garantir que esses tributos sejam impostos, na medida do possível, de acordo com as preferências e vontade do povo – afinal, “*taxation without representation*” era um dos gritos de guerra das Revolução Americana. Nós temos um sistema de pesos e contrapesos para separar a função legislativa de criar impostos e destinar a arrecadação da função executiva de arrecadar impostos e administrar programas de gasto público e da função judicial de mediar disputas e interpretar a lei.

Aqui o empresário – eleito por si próprio ou indicado direta ou indiretamente pelo acionista – deve ser ao mesmo tempo legislador, executivo e jurista. Ele deve

decidir quem tributar, quanto e para que fim, e ele deve gastar a arrecadação – tudo isso guiado apenas advertências gerais de cima para conter a inflação, melhorar o meio ambiente, combater a pobreza e assim por diante.

Toda a justificativa para permitir que o executivo seja escolhido pelos acionistas é que o executivo é um representante servindo os interesses dos seus mandantes. Essa justificativa desaparece se o executivo cria impostos e gasta a arrecadação para fins “sociais”. Ele se torna na prática um funcionário público, um servido, embora permaneça nominalmente um empregado da sociedade privada. Por razões de princípio político, é intolerável que tais funcionários públicos – na medida em que suas ações em nome da responsabilidade social são reais e não apenas de fachada – devem ser escolhidos como são agora. Se devem ser funcionários públicos, então devem ser escolhidos por meio de um processo político. Se eles devem impor tributos e gastá-los para fomentar objetivos “sociais”, então mecanismos políticos devem ser criados para orientar a tributação e para determinar por meio de um processo políticos os objetivos a serem buscados.

Essa é a razão fundamental pela qual a doutrina da “responsabilidade social” implica a aceitação da tese socialista de que mecanismos políticos, não mecanismos de mercado, são a forma apropriada de determinar a alocação de recursos escassos para fins alternativos.

Com fundamento nas consequências, o executivo pode, de fato, cumprir suas supostas “responsabilidades sociais”? Por um lado, suponha que ele pudesse se safar gastando o dinheiro de acionistas, consumidores ou empregados. Como ele deve descobrir como gastá-lo? Dizem que ele deve contribuir com a luta contra a inflação. Como ele deve descobrir que ação sua contribui para esse fim? Ele é provavelmente um expert em dirigir sua empresa – em produzir um produto, vendê-lo ou financiá-lo. Mas nada sobre sua seleção o torna um expert em inflação. Será sua escolha de conter o preço de seu produto reduz a pressão inflacionária? Ou, ao deixar o poder de compra nas mãos de seus consumidores, está apenas a desviando para outro lugar? Mesmo que ele pudesse responder essas questões, quanto custo é justificado impor a seus acionistas, consumidores e empregados para este fim social? Qual é a sua parte adequada e qual é a parte adequada dos outros?

E, queria ele ou não, ele pode se safar gastando o dinheiro de seus acionistas, consumidores ou empregados? Os acionais não decidiram demiti-lo? (Ou os atuais ou os que assumirem quando suas ações em nome da responsabilidade social da empresa reduziam o faturamento da empresa e o preço de suas ações). Seus consumidores e empregados podem abandoná-lo por outros produtores e empregadores menos escrupulosos no exercício de suas responsabilidades sociais.

Essa faceta da “responsabilidade social” é posta agudamente em evidência quando a doutrina é usada para justificar a contenção salarial pelos sindicatos. O conflito de interesses é claro quando se pede aos sindicatos que subordinem os interesses de seus membros a algum propósito social mais geral. Se os dirigentes sindicais tentarem impor uma restrição salarial, a consequência provavelmente seria greves selvagens, revoltas dos filiados e o surgimento de fortes concorrentes por seus cargos. Assim, temos o fenômeno irônico de que os líderes sindicais – pelo menos nos EUA – têm se oposto à interferência do governo no mercado de forma muito mais consistente e corajosa do que os líderes empresariais.

A dificuldade de ser “socialmente responsável” ilustra, claro, a grande virtude das empresas privadas competitivas – ela força pessoas a serem responsáveis por suas ações e torna difícil “explorar” outras pessoas para fins egoístas ou altruístas. Elas podem fazer o bem – mas apenas à sua conta.

Muitos leitores que seguiram o argumento até aqui podem se sentir tentados a reclamar que tudo bem falar que o governo é responsável por impor impostos e definir o gasto público para tais fins “sociais” como controlar a poluição ou habilitar os desalentados, mas os problemas são muito urgentes para esperar o lento desenrolar dos processos políticos, e a responsabilidade social dos empresários é uma forma mais rápida e segura de resolver os problemas urgentes atuais.

Além da questão de fato - eu compartilho o ceticismo de Adam Smith sobre as vantagens que podem ser esperadas de “*quem é instado a negociar pelo bem comum*” -, esse argumento deve ser rejeitado por razões de princípio. Trata-se de uma afirmação de que aqueles em favor de impostos e gastos públicos em questão não conseguiram convencer a maioria dos seus concidadãos a concordarem e que ele estão buscando conseguir algo por uma via antidemocrática algo que não conseguiria

por uma democrática. Em uma sociedade livre, é difícil para as pessoas “boas” fazer “o bem”, mas esse é um pequeno sacrifício para tornar difícil para pessoas “ruins” fazer “o mau”, especialmente porque o bom de alguém é o mau de outro.

Foquei, por simplicidade, no caso específico do executivo, exceto na pequena digressão sobre o sindicato. Mas exatamente o mesmo argumento se aplica ao novo fenômeno de convocar acionistas a exigir das empresas responsabilidade social (a cruzada na G.M., por exemplo). Na maioria desses casos, trata-se, na realidade, de alguns acionistas tentando conseguir que outros acionistas (ou consumidores, ou empregados) contribuíssem contra a sua vontade às causas sociais favorecidas pelos ativistas. À medida que sucedem, estão impondo novamente tributos e gastando a arrecadação.

A situação do empresário individual [*individual proprietor*] é um pouco diversa. Se ele age para reduzir os resultados de sua empresa para cumprir com sua “responsabilidade social”, ele está gastando seu próprio direito, não de outra pessoa. Se ele quiser gastar seu dinheiro com esses fins, é seu direito, e eu não posso ver qualquer objeção em fazer isso. Nesse processo, ele também pode impor custos a seus empregados ou consumidores. Todavia, já que tem menos chance de ser um monopolista do que uma grande corporação ou sindicato, qualquer um desses efeitos colaterais tende a ser mínimo.

É óbvio que, na prática, a doutrina da responsabilidade social é frequentemente um véu para ações que se justificam por outros motivos do que uma racionalidade para assim agir.

Para dar um exemplo, pode muito bem ser no interesse a longo prazo da companhia que é uma grande empregadora na comunidade destinar recursos a fornecer serviços básicos a essa comunidade ou a melhorar seu governo. Isso pode facilitar a atração de empregados desejáveis, isso pode reduzir o custo com salários ou reduzir as perdas com sabotagem ou roubo, ou quaisquer outros efeitos vantajosos. Ou pode ser que, considerando as leis sobre dedutibilidade das contribuições caridosas das companhias, os acionistas podem contribuir mais para caridades se eles preferirem que a companhia doe em vez deles, já que eles podem dessa forma

contribuir de uma forma que de outro modo seria pago como imposto sobre dividendos.

Em cada um desses casos – e muitos semelhantes -, há uma grande tentação de racionalizar essas ações como um exercício da “responsabilidade social”. Na opinião comum em voga, com sua aversão generalizada ao “capitalismo”, “lucros”, e a “corporação sem alma” etc., essa é uma forma da empresa gerar boa-vontade como um subproduto de gastos que se justificam no seu próprio interesse individual.

Seria incoerente da minha parte exigir os executivos que não usem essa fachada hipócrita porque lesaria os fundamentos de uma sociedade livre. Isso seria apelar para que sejam “socialmente responsáveis”! Se nossas instituições e as atitudes do público fazem com que esteja em seu próprio interesse camuflar suas ações dessa forma, não p[osso] invocar essa indignação para criticá-los. Ao mesmo tempo, [posso] expressar admiração por aqueles empresários individuais, sócios de sociedades com controle concentrado e acionistas que despreza esse tipo de tática e a tratam como algo semelhante à fraude.

Censurável ou não, o uso do véu da responsabilidade social, e o absurdo dito em seu nome por empresários influentes e poderosos, claramente prejudica os fundamentos de uma sociedade livre. Me impressiono constantemente com a esquizofrenia de muitos empresários. Eles são capazes de serem extremamente perspicazes e lúcidos em assuntos de sua área. Eles são extremamente míopes e confusos em assuntos que estão fora de sua área, mas que afetam a sobrevivência dos negócios em geral. Essa miopia é exemplificada de forma impressionante nos apelos de muitos empresários por diretrizes ou controles salariais e de preços ou políticas de renda. Não há nada que poderia fazer mais num breve período para destruir o sistema de mercado e substituí-lo por um sistema planejado do que um controle de preços e salários eficiente do governo.

A miopia também é exemplificada nos discursos de empresários sobre a responsabilidade social. Isso pode render-lhes elogios no curto prazo. Mas ajuda a fortalecer a visão já muito prevalente de que a busca do lucro é perversa e imoral de deve ser restringida e controlada por forças externas. Uma vez adotada essa perspectiva, as forças externas que restringem o mercado não será a consciência

social, por mais desenvolvida que seja, dos executivos-pontífices; será o punho de ferro dos burocratas do governo. Aqui, como no controle de preços e salários, os empresários me parecem relevar um impulso suicida.

O princípio político que está na base do mecanismo do mercado é o consenso. Em um mercado livre ideal que repousa sobre a propriedade privada, nenhum indivíduo pode coagir qualquer outra, toda cooperação é voluntária, todas partes dessa cooperação se beneficiam ou não precisam participar. Não há valores “sociais”, nenhuma responsabilidade “social” em nenhum sentido além dos valores e responsabilidades compartilhados pelos indivíduos. A sociedade é um conjunto de indivíduos e dos vários grupos que eles voluntariamente formam.

O princípio política que está na base do mecanismo político é a conformidade. O indivíduo deve servir a um interesse social mais gerais – seja ele imposto pela igreja, por um ditador ou pela maioria. O indivíduo pode o direito de votar e opinar sobre o que deve ser feito, mas, se for vencido, ele deve se conformar. É apropriado a alguns exigir que outros contribuam para um fim social mais geral, queiram ou não.

Infelizmente, o consenso não é sempre viável. Há alguns aspectos em que a conformidade parece inevitável. Portanto, não vejo como se pode evitar completamente o uso do mecanismo político.

Mas a doutrina da “responsabilidade social” levada a sério estenderia o escopo do mecanismo político para todas as atividades humanas. Ela não difere filosoficamente das doutrinas coletivistas mais explícitas. Ela difere apenas por afirmar que os fins coletivistas podem ser alcançados sem meios coletivistas. É por isso que, em meu livro “Capitalismo e Liberdade”, eu a chamei de “doutrina fundamentalmente subversiva” em uma sociedade livre, e disse que, nessa sociedade, “há uma e única responsabilidade social dos negócios – usar seus recursos e se engajar em atividades destinadas a aumentar seus lucros, desde que se mantenha dentro das regras do jogo, ou seja, participe da livre-concorrência sem fraudes.”